





Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PESCA – CEPESCA

1
2
3
4 Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 08 h e 40 min se deu início a 1ª
5 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA do ano de 2026, por Videoconferência pela
6 Google Meet, com a seguinte pauta: 1) Abertura da reunião; 2) Discussão e votação da Ata da 6ª
7 Reunião Ordinária realizada em 04/12/2025; 3) Apresentação da SUIMIS (Superintendência de
8 Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços da SEMA/MT) sobre o Licenciamento dos
9 Empreendimentos, com o foco nas informações das Usinas Hidrelétricas e PCH's, empreendimentos que
10 realizam estudos de monitoramento pesqueiro; 4) Informes; 5) Assuntos Gerais e Encerramento. A
11 reunião foi presidida pelo Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente – SEMA/MT - Presidente do
12 CEPESCA (em substituição), Sr. Alex Sandro Antônio Marega. A reunião contou com a presença dos
13 seguintes representantes institucionais do Conselho: Sr. Bathilde Jorge Moraes Abdalla, representante
14 da SEDEC/Turismo; Sr. Clodomir Ceolatto, representante da ASATEC; Srª. Solange Aparecida Arrolho da
15 Silva, representante da UNEMAT; Srª. Julita Burko Duleba e Srª. Liliane Stedile de Matos, representantes
16 da Colônia de Pescadores Profissionais - Bacia Amazônica; Srª. Elza Basto Pereira, representante da
17 Colônia de Pescadores Profissionais – Bacia Paraguai; Srª. Jeandra dos Santos Barbosa Vilela,
18 representante da Colônia de Pescadores Profissionais – Bacia Araguaia; Srª. Lucia Aparecida de Fatima
19 Mateus, representante da UFMT; Sr. Paolo Monte, representante do CONSEMA; Srª. Laryssa Teles
20 Vieira, representante do Ministério da Pesca e Aquicultura/MT; Sr. Gerson Natalício Barbosa,
21 representante do Ministério Público Estadual; Sr. Michel de Andrade, representante da OPAN; Sr. Cesar
22 Esteves Soares, representante do IBAMA. Como participante estiveram presentes: Srª. Valéria Milani
23 representando a Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros da SEMA/MT; Sr. Valmi Simão de Lima
24 (Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços da SEMA/MT). A reunião foi aberta
25 pelo **Sr. Alex**. Fez a conferência de quórum, computando a presença de 13 (treze) Instituições
26 Conselheiras. **Alex** – coloca em discussão e votação a Ata da 6ª Reunião Ordinária realizada em
27 04/12/2025. Aprovada por unanimidade. **Próxima pauta:** Apresentação da SUIMIS (Superintendência de
28 Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços da SEMA/MT) sobre o Licenciamento dos
29 Empreendimentos, com o foco nas informações das Usinas Hidrelétricas e PCH's, empreendimentos que
30 realizam estudos de monitoramento pesqueiro. **Valmi** – inicia sua apresentação esclarecendo que todas
31 as usinas hidrelétricas antes da sua instalação, é necessário que se faça um diagnóstico que é
32 previamente avaliado podendo ser um Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
33 (EIA/RIMA) ou um Relatório Ambiental Simplificado (RAS) ou um Relatório de Controle Ambiental;
34 independente do porte do empreendimento, capacidade e tamanho de reservatório, todos são
35 obrigados a fazer todo esse levantamento. O Programa de acompanhamento é constituído dentro do
36 processo de licenciamento, que trata especificamente da ictiofauna. O número de campanhas e o
37 esforço amostral é definido a partir do tamanho, do potencial instalado e da dimensão do reservatório. 
38 A partir disso, tem-se o diagnóstico e na sequência a realização das campanhas e emissão dos relatórios
39 com análise e compilação dos dados. O monitoramento contínuo da ictiofauna é, portanto, uma
40 exigência central do processo de licenciamento ambiental, prevista nas condicionantes emitidas pelo
41 órgão ambiental. Além do atendimento legal, o monitoramento fornece dados fundamentais para a 



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

42 avaliação da efetividade das medidas mitigadoras adotadas e para o embasamento de futuras tomadas
43 de decisão de gestão ambiental. Dentre os objetivos do programa de monitoramento, destaca-se:
44 caracterizar a composição e estrutura da ictiofauna; avaliar os impactos sobre as comunidades de peixe;
45 monitorar espécies de interesse especial; e subsidiar a gestão adaptativa. Cita o exemplo do estudo do
46 Manso, que aponta agora a necessidade de realizar a transposição. Foi determinado para eles fazerem a
47 transposição manual até que se estude a melhor forma e dentro de um período de 02 anos será avaliado
48 se a transposição manual está dando o resultado esperado. No contexto do empreendimento, os pontos
49 de coleta são distribuídos estrategicamente ao longo do trecho de influência do empreendimento,
50 abrangendo o reservatório, o trecho de vazão reduzida e os tributários de maior relevância ecológica. A
51 definição dos pontos segue critérios de representatividade dos diferentes habitats aquáticos presentes
52 na área. A metodologia de coleta e equipamentos usados no monitoramento, são específicos para cada
53 circunstância, podendo ser a Pesca Elétrica, Redes de Espera, Armadilhas e Covos ou Puça e Peneiras. O
54 esforço amostral é padronizado entre as campanhas para garantir a comparabilidade dos dados ao
55 longo do tempo. As campanhas são realizadas em frequência, conforme condicionante da licença,
56 contemplando os períodos hidrológicos distintos (chuvoso e seca). Cada campanha segue protocolo fixo:
57 número de redes por ponto, mesh size, horas de exposição, comprimento de trecho percorrido na pesca
58 elétrica e número de lances de rede de arrasto. O registro do esforço é obrigatório para o cálculo das
59 métricas de Captura Por Unidade de Esforço (CPUE). A CPUE é uma métrica padrão expressa em número
60 ou biomassa de indivíduos por rede/hora ou por metro linear percorrido que permite comparações
61 robustas entre campanhas e pontos. Após cada coleta, os exemplares são triados, identificados até o
62 menor nível taxonômico possível e submetidos à biometria. Os dados registrados incluem:
63 comprimento, peso, sexo e estágio de maturação gonadal, presença de deformidades, lesões e
64 parasitas. Os indicadores ecológicos avaliados são: Riqueza de Espécies; Índice de Shannon; CPUE-
65 Abundância; CPUE-Biomassa; Espécies de Interesse Especial; Estrutura Trófica e Guildas. As espécies
66 migradoras (reofílicas) são peixes que realizam migrações reprodutivas rio acima (fenômeno conhecido
67 como piracema) e são particularmente sensíveis ao barramento de rios. O bloqueio da migração
68 reprodutiva é um dos principais impactos negativos de usinas hidrelétricas sobre a ictiofauna. O
69 monitoramento registra a ocorrência, abundância e estrutura etária dessas espécies tanto a montante
70 quanto a jusante do barramento, possibilitando avaliar a eficácia de estruturas de transposição de
71 peixes (escadas, elevadores ou canais naturalizados), quando existentes. Com o passar do tempo, se
72 observa a alteração da ictiofauna existente no contexto das fases do empreendimento (pré-enchimento,
73 enchimento e operação). Em geral, observa-se redução da riqueza de espécies reofílicas e aumento de
74 espécies generalistas e tolerantes a ambientes lênticos após o enchimento do reservatório. Os impactos
75 sobre a ictiofauna ocorrem em função da alteração do regime hidrológico e com o tempo a
76 homogeneização do habitat é estabelecida com o ambiente lêntico, a estratificação térmica e outros
77 aspectos são estudadas com o passar do tempo. Em alguns casos, em 4 a 5 anos, isso está estabelecido,
78 em outros casos, demora muito mais em função da alteração do ambiente, alteração da qualidade da
79 água. O monitoramento permite avaliar qual medida mitigadora será mais eficaz, podendo ser adotado
80 as Escadas de Peixe, Programas de Peixamento, a Manutenção de Vazão Ecológica ou o Resgate de
81 Fauna no Enchimento. A escolha da melhor medida mitigadora dependerá de estudos e pesquisas para
82 se obter melhores resultados. Outra questão importante é o registro de espécies ameaçadas ou



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

83 endêmicas durante a realização do monitoramento. Com os dados obtidos é possível organizá-los e fazer
84 análise estatística e tratamento de dados. Esses dados são sempre cumulativos e se cria curvas de
85 tendência no contexto dessas avaliações com elaboração de relatórios que sistematizam os resultados e
86 apresentam recomendações de gestão adaptativa. Na parte dos desafios do monitoramento, temos uma
87 grande preocupação, pois, num universo de cerca de 170 usinas hidrelétricas em Mato Grosso
88 percebemos uma dificuldade na questão da padronização dos esforços amostrais entre equipes e
89 campanhas distintas e em função disso, às vezes, os resultados não podem ser comparados. Em alguns
90 casos, existe problemas com identificação das espécies. A logística de campo em áreas remotas (acesso,
91 segurança, conservação de amostras e equipamentos) exige a elaboração de um protocolo de
92 amostragem detalhado. Manter equipe técnica qualificada com identificação taxonômica em campo,
93 também é necessário. Sintetizando, o monitoramento continuado permite detectar precocemente
94 reduções de riqueza e acionar medidas corretivas antes da perda irreversível de espécies. Os dados do
95 programa de monitoramento permitem avaliar a efetividade das medidas mitigadoras (escadas,
96 peixamento, vazão ecológica), orientando ajustes no Plano de Controle Ambiental. O cumprimento
97 rigoroso das condicionantes de monitoramento é essencial para manutenção da licença de operação e
98 demonstração de responsabilidade ambiental. Os dados gerados alimentam o conhecimento científico
99 regional sobre ictiofauna neotropical, contribuindo para planos de bacias hidrográficas e políticas
100 públicas. Ele finaliza, informando que os dados estão dentro dos processos de licenciamento em função
101 dos processos ainda serem físicos. Temos indisponibilidade de sistema digital para consulta pública e a
102 nossa equipe é insuficiente para compilar esses dados e lançá-los em banco de dados. Os processos
103 estão disponíveis para consulta, mas requer que o interessado procure a secretaria para que ele mesmo
104 realize a compilação de dados. Acreditamos que com o Siga Digital conseguiremos melhorar bastante
105 essa questão de disponibilidade dos dados. Os relatórios de licenciamento costumam permitir alguns
106 padrões; temos uma alta diversidade regional de espécies, nas bacias hidrográficas de Mato Grosso,
107 como Bacia Amazônica (envolvendo o rio Arinos, rio Juruena), Bacia do Paraguai e Bacia do Araguaia.
108 Quando o sistema muda de ambiente lótico para lêntico, percebe-se a queda na questão dos peixes
109 migradores de longa distância, como o dourado, pacu, pintado. Essa interrupção de rota de migração,
110 altera as áreas de reprodução e promove um aumento de espécies sedentárias. Temos um grande
111 problema com algumas inserções, sem controle, de espécies que não são da bacia hidrográfica, como o
112 caso do tucunaré no Pantanal e na região do Manso alterando significativamente o contexto do lago. As
113 usinas hidrelétricas promovem a mortandade de peixes, que normalmente ocorrem por erro de
114 operação. Os últimos eventos de mortandade de peixe, ocorreram no Manso, na UHE Sinop, UHE
115 Colíder, e uma pequena quantidade em Aripuanã. Ele informa que será encaminhado para os
116 Conselheiros um documento adicional que apresenta sugestões de melhorias que podem ser discutidas
117 no contexto do CEPESCA, como: padronização metodológica, estrutura do banco de dados, indicadores
118 que deveriam ser calculados para tratamento integrado dos dados (estrutura de comunidade, dinâmica
119 populacional, funções ecológicas, impacto hidrelétrico), análises regionais recomendadas (análise por
120 bacia hidrográfica, avaliação cumulativa de barragens, identificação de hotspots de biodiversidade,
121 impacto em espécies migradoras). **Gerson** – questiona se todos estes estudos apresentados foram
122 realizados para a UHE Colíder em relação aos danos da ictiofauna, mortandade de peixes. Houve
123 medidas compensatórias? A imprensa retratou danos de extrema gravidade ocorridos para a ictiofauna.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

124 **Valmi** – explica que as maiores mortandades de peixe ocorreram em Sinop. Dos seis episódios de
125 mortandade de peixe, pelo menos cinco ocorreram pelo mesmo problema, abertura das comportas. Eles
126 precisaram melhorar a tecnologia e o conhecimento para abrir as comportas sem comprometer a
127 ictiofauna. Em Colíder houve dois episódios de morte de peixe, mas chegou em torno de 10 % do valor
128 de Sinop. Ambas empresas foram autuadas e tiveram processos judiciais. Foi estabelecido multa, acordo
129 judicial e as indenizações foram realizadas. **Gerson** – questiona se com os dados apresentados em
130 relação à gravidade dos efeitos das usinas na ictiofauna e considerando que já temos energia sobrando,
131 se existe a possibilidade de a equipe técnica da SEMA indeferir o licenciamento. **Valmi** – explica que
132 legalmente os rios são para geração de energia elétrica e para atender a sociedade com o
133 abastecimento de água e que a SEMA analisa os aspectos técnicos. Exemplifica a situação da UHE
134 Castanheira que foi apresentado para análise da SEMA; o projeto foi elaborado pela EPE, com potência
135 instalada de 187 megawatts na região de Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos. Após
136 análise, a SEMA inviabilizou o projeto e o arquivou por três vezes. Tem outros seis casos de usina
137 hidrelétrica no Rio Cuiabá que também foram considerados inviáveis tecnicamente e foram indeferidos
138 por seis vezes. Outro exemplo, é no Rio das Garças, perto de General Carneiro, uma usina chamada
139 Boaventura em torno de 40 megawatts, também foi inviabilizada em função de problemas de
140 sedimentação e outros conflitos como a questão indígena. Explica que atualmente tem em torno de 171
141 usinas hidrelétricas e na grande maioria são pequenas usinas, Central Geradora Hidrelétrica (CGH) e
142 Pequena Central Hidrelétrica (PCH). Em processo de instalação tem 25 CGH e 06 PCH. Em processo de
143 licença prévia ou em fase de estudo para apresentação de licença prévia, temos 61 pequenas usinas, na
144 grande maioria. Explica que os grandes potenciais já estão exauridos, vários rios estão preservados no
145 sentido de não se permitir novos empreendimentos. O rio Araguaia, tem usina hidrelétrica só na
146 cabeceira, em Alto Araguaia. O rio Arinos, é um rio totalmente livre de usinas hidrelétricas. No contexto
147 do Juruena é onde tem mais hidrelétricas, são 14 ao total. Pontua que a SEMA realiza as análises
148 tecnicamente com bastante critério; se é um projeto bem elaborado, atendendo todos os termos de
149 referência, a questão legal, a questão de ocupação, a questão indígena, IPHAN, ICMBio. Cita o caso da
150 usina hidrelétrica dentro do Parque Estadual Cristalino que estava com obras avançadas e foi
151 inviabilizada; teve ação judicial pedindo indenização, no entanto, dentro de Parque é proibido. Ele
152 também pontua que não tem nenhum registro de extinção de espécie. As espécies diminuem no
153 contexto do curso d'água, mas não ao ponto de chegar à extinção. No Teles Pires tem 04 usinas, sendo
154 02 licenciadas pelo SEMA e 02, pelo IBAMA; informa que está em negociação para que as campanhas
155 sejam padronizadas tecnicamente para realizar a comparação dos resultados. Relata que no reservatório
156 da usina hidrelétrica de Colíder e de Sinop tem se observado uma grande quantidade de peixes e por
157 este motivo uma maior concentração de pescadores praticando a pesca; refere-se a região onde ficou os
158 paliteiros em que os peixes têm mais facilidade para se esconder. **Gerson** - pontua que os rios pela lei
159 são para produção de energia, mas pela Constituição da República, os rios constituem meio ambiente
160 ecologicamente equilibrado, acima da dignidade humana é o princípio do direito fundamental mais
161 relevante. Propõe uma reunião de alinhamento entre a área técnica da SEMA e do MPE para um melhor
162 alinhamento e troca de informações para contribuir no processo de licenciamento. **Solange** – informa
163 que Ela e sua equipe participaram dos levantamentos da ictiofauna no EIA/RIMA da UHE Castanheira e
164 que uma das razões desta usina não ter sido instalada, foi que Eles identificaram que ela seria construída.



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

165 no local de passagem de grandes peixes migratórios, como o piraiíba. Ocorreu também uma grande
166 mobilização da sociedade contra a instalação desta usina. Pontua que o empreendedor realiza um
167 processo licitatório e a empresa que tem o menor valor, ganha a licitação. Em função disto, hoje em
168 Mato Grosso, quem faz o monitoramento da ictiofauna em várias unidades de geração de energia é
169 equipe de fora. Exemplifica que eles incluíram peixes do Pantanal na Amazônia, como o curimba que
170 nunca ocorreu na região Amazônica. Reforça a importância de melhorar os termos de referência e
171 colocar que é obrigatório, depositar os peixes de empreendimentos em coleções do estado de Mato
172 Grosso (UFMT, UNEMAT). Além de levar o peixe para fora, estão fazendo a identificação errada. Os
173 biólogos responsáveis pelo monitoramento de peixes, devem obrigatoriamente, planilhar todo animal
174 coletado com: nome, lugar, coordenada geográfica, quem coletou, que dia coletou, com que aparelho
175 coletou; trata-se de uma planilha que tem em torno de 38 colunas e dependendo da quantidade de
176 peixes capturados pode chegar a 20.000 dados. Reforça que em Colíder ocorreu uma grande
177 mortandade de peixe por erro de engenharia. Informa que foi perita junto com a Dr^a. Liliane do primeiro
178 evento de mortandade de Sinop. Explica que foi um erro sinérgico e que o termo de referência da SEMA
179 estava ruim, pois colocou uma rede de 10 m de comprimento por dois de altura em um rio que mede
180 600 m de largura; desta forma não vai pegar nada, a amostragem vai ser insuficiente. Outra questão é
181 usar pesca elétrica; explica que nossos rios têm condutividade muito baixa e não permite usar pesca
182 elétrica. Ela questiona que a planilha de dados coletados é entregue para a SEMA e não entende o
183 porquê que essa planilha não fica disponível, online, na página de licenciamentos. Estas informações,
184 poderiam ser usadas para tomada de decisões. Pontua que os rios não são prioridades para hidrelétrica,
185 eles são prioridades para dessedentação humana e animal. **César** – questiona sobre a afirmação de que
186 foram emitidas algumas autorizações para Peixamento e se estas autorizações estão condicionadas ao
187 monitoramento e rastreabilidade das espécies no ambiente. Quanto ao licenciamento das usinas,
188 menciona que a questão do paliteiro no lago de enchimento da Usina de Colíder lhe causa muita
189 estranheza e questiona se a supressão vegetal não deveria ser sempre exigida antes do enchimento dos
190 lagos. Também questiona se tem sido dada atenção aos impactos cumulativos dos empreendimentos
191 licenciados em sequência no curso d'água, pois foi falado que tem 14 PCH's ou hidroelétricas no rio
192 Juruena. **Valmi** – explica que não existe nenhuma autorização emitida pela SEMA para a realização de
193 Peixamento, considerando a complexidade e os cuidados técnicos necessários para sua realização.
194 Esclarece que tem sido observado inserção de peixes de forma irregular, como é o caso, do tucunaré, no
195 lago do manso. Explica que recentemente foi exigido que a Usina de Manso realize a transposição
196 manual do pé da barragem para subir aqueles peixes que estão parados ali. A SEMA irá acompanhar, por
197 02 anos para tentar entender o que aconteceu com essa distribuição dos peixes. Com relação à questão
198 do paliteiro, explica que já foi determinado que a UHE de Sinop faça a extração daqueles paliteiros ali à
199 margem de forma a ajustar o licenciamento. Eles foram notificados e está sendo aguardado o retorno do
200 plano deles. Ele concorda que a situação está terrível ali. Em relação à questão do cumulativo e
201 sinérgico, explica que esta informação é exigida durante a fase dos estudos ambientais. Exemplifica que
202 o rio Jauru e rio Juruena, são rios que tem bastante usina e tem sido discutido com o segmento
203 empreendedor para que as campanhas de monitoramento da ictiofauna sejam realizadas no mesmo
204 período para que possa fazer uma comparação dos dados, no contexto do empreendimento e possa ser
205 realizada uma avaliação dos impactos ocorridos desde o início até os dias de hoje. **Liliane** – questiona a



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

206 informação repassada sobre os paliteiros e explica que considerando a diversidade de espécies
207 existentes nas bacias do estado de Mato Grosso, os peixes têm comportamento diferente. Não é todo
208 peixe que vai utilizar do paliteiro para fazer reprodução. Os peixes de maior importância econômica e de
209 grande importância ecológica, que são os migradores, os dispersores de sementes, eles não vão utilizar
210 o paliteiro para reprodução. Pontua que o paliteiro é quase uma falácia que foi utilizada para que fosse
211 aceito nos licenciamentos e causa muitos impactos como foi comentado anteriormente. Reforça sua
212 preocupação com pesquisadores que vem de fora para fazer os estudos da ictiofauna e não têm
213 conhecimento da biodiversidade local. Exemplifica que nessa última mortandade de peixe que teve da
214 Usina de Colíder, tomou conhecimento de que o que estavam identificando como tilápia, era o cará, um
215 peixe nativo da região. Reforça que pesquisadores de fora tem que buscar informações e
216 conhecimentos sobre a especificidade da região para evitar os erros de identificação das espécies.
217 Esclarece que a informação de que aumentou o estoque pesqueiro, é conflituosa pois os dados não
218 mostram isto. Explica sobre o trabalho realizado pela UFMT Sinop, que está em fase final de elaboração
219 de artigo científico, e que tem um banco de dados com foco no peixe Matrinchã. São mais de 10 anos de
220 coleta de dados que permite um apanhado geral da biologia reprodutiva do Matrinchã. Também foram
221 aplicados questionários aos pescadores profissionais com mais de 10 anos de atividade, sendo resgatado
222 o etnoconhecimento. As falas foram unânimes, de que está diminuindo o estoque pesqueiro do
223 Matrinchã. Eles também trouxeram informações preocupantes quanto a falta de sincronia, na
224 reprodução. Isso já pode ser reflexo dos impactos sinérgicos das usinas hidrelétricas que afetam todo o
225 clima da região, alterando também as chuvas. Explica que sua fala tem como objetivo tornar mais
226 robusto os monitoramentos que além de inserir os dados biológicos de monitoramento da ictiofauna,
227 deveriam inserir também o etnoconhecimento dos pescadores profissionais, pois eles convivem, eles
228 têm dados de muito tempo e o conhecimento deles já vem sendo reconhecido com grande importância,
229 nas academias, em pesquisas internacionais, nacionais, no sul do Brasil, na Amazônia. Questiona se é
230 possível inserir o monitoramento de metais e de contaminantes nos licenciamentos, considerando que
231 essa dinâmica muda muito após a instalação de usinas hidrelétricas, sejam elas grandes ou pequenas.
232 Pontua que já tem estudos que comprovam que as pequenas usinas, também têm um impacto bem
233 grande na dinâmica dos metais pesados, metais traços e poluentes. Também reforça a importância de
234 ser inserido o monitoramento da diversidade genética. **Valmi** – explica que quando é admitido os
235 paliteiros, é considerado o estudo do reservatório em relação à modelagem matemática que permite
236 que se tenha uma noção do que vai acontecer. No caso de Colíder e Sinop, por exemplo, a modelagem
237 teve uma correlação maior que 90% em relação ao que foi previsto e o que ocorreu em relação ao
238 oxigênio dissolvido. Em relação aos paliteiros, onde o pessoal pesca em Sinop e Colíder, é em cima dos
239 paliteiros e deve ter alguma relação com a ocorrência de peixes. Informa que os dados existentes nos
240 relatórios apontam que não é essa catástrofe tão anunciada. Esclarece que está à disposição para
241 sentar, ouvir opiniões divergentes, em busca de melhorias e avanços nos processos de licenciamento,
242 pois como órgão ambiental o interesse é um ambiente ecologicamente equilibrado. **Gerson** – apresenta
243 sua preocupação, pois ficou evidente que a SEMA parece que conhece o problema, tem relatórios, mas
244 isso não basta. Propõe para as pesquisadoras Solange e Liliane encaminharem por escrito todas as
245 situações relatadas para que Ele, enquanto representante do Ministério Público possa tomar as devidas
246 providências. **Alex** – agradece a participação do Valmi e informa que será repassado para Ele os



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

247 encaminhamentos que forem realizados. Também informa que a apresentação realizada será
248 compartilhada para os Conselheiros. **Valmi** – pontua que fará uma atualização dos dados apresentados e
249 será disponibilizado no site da SEMA. **Assuntos Gerais: Alex** – propõe que na próxima reunião ordinária
250 do CEPESCA seja deliberado a definição do Período de Defeso da Piracema 2026/2027 e solicita a
251 possibilidade da UNEMAT e UFMT enviarem os dados do monitoramento reprodutivo dos peixes para
252 atualização do banco de dados, afim de subsidiar a decisão do CEPESCA. **Solange** – informa que irá
253 conversar com os pares da UNEMAT para realizar os devidos encaminhamentos. **Alex** – informa que
254 também será incluída na pauta da próxima reunião a apresentação de estudos realizado com a espécie
255 matrinxã, a pedido da Neusa (Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros/SEMA). **Julita** – informa
256 sobre o problema da falta de pagamento do Seguro de Defeso da Piracema aos pescadores profissionais
257 que até este momento o INSS não conseguiu resolver e eles estão sem receber desde outubro/2025, o
258 que tem causado um grande problema na vida e na manutenção das necessidades básicas dos
259 pescadores profissionais. Ela solicita ajuda na resolução deste problema. **Alex** – solicita ajuda da
260 Superintendência Regional do Ministério da Pesca e Aquicultura, para esclarecer o que pode ter
261 ocorrido a nível federal que gerou este problema no pagamento do seguro de defeso dos pescadores
262 profissionais. Solicita também apoio do Dr. Gerson para solicitar uma audiência e tratar esta questão
263 com o INSS, considerando que em anos anteriores, não estava ocorrendo este tipo de problema. **Laryssa**
264 – explica que infelizmente o INSS está com atraso em relação à análise do seguro de defeso dos
265 pescadores e que o Ministério do Trabalho já começou a pagar os outros estados, mas o INSS ainda não.
266 **Bathilde** – explica que soube que em Mato Grosso, como o período de defeso é diferente de outros
267 estados, este pagamento ficou a cargo do INSS e nas demais regiões do Brasil está sendo realizado pelo
268 Ministério do Trabalho. A situação está muito delicada e grave e não sabe como será resolvida esta
269 situação. **Gerson** – informa que pode tentar uma reunião administrativa junto ao INSS, mas que
270 realmente ouviu falar que a situação está bem complicada e complexa; ele assume o compromisso de
271 buscar demais informações para verificar como poderá auxiliar nos devidos encaminhamentos. **Elza** –
272 explica que participou de reuniões com o Ministério do Trabalho, juntamente com o INSS e que as
273 informações realmente não são boas para Mato Grosso. Esclarece que como a Piracema em MT,
274 começou em outubro/25, quem recepcionou a documentação dos pescadores para processar e analisar
275 o pagamento do seguro de defeso foi o INSS. A nível federal, ocorreu uma mudança e a partir de
276 novembro/25 o órgão responsável para processar o pagamento, passou a ser o Ministério do Trabalho.
277 Em função das fraudes que estão sendo investigadas a nível do Brasil, o INSS não tem previsão para dar
278 os encaminhamentos do seguro de defeso de MT. Complementa que na referida reunião, o Ministério
279 do Trabalho alegou que não sabia da situação de Mato Grosso ter o período da piracema diferenciado
280 dos outros estados. Ficou um impasse, pois o Ministério do Trabalho informou que o INSS não havia
281 repassado esta situação específica e o INSS informou que não foi liberado pelo Ministério do Trabalho.
282 Lamenta o grande prejuízo aos pescadores profissionais de MT, pois muitos deles também não
283 conseguiram se cadastrar para receberem o REPESCA e estão passando por grandes dificuldades
284 financeiras. Explica que diante desta situação, infelizmente não tem previsão para os pescadores
285 profissionais de Mato Grosso, receberem o seguro de defeso de 2025. Também explica a dificuldade que
286 estão enfrentando para entregarem o REAP de 2025 (Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira) pois
287 exige que o pescador tenha um bom celular. Ela explica que o REAP tem que estar preenchido para que



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

288 no momento do processamento do seguro de defeso os pescadores profissionais não sejam
289 prejudicados. Ela informa que em Mato Grosso, em torno de 7.000 pescadores profissionais deram
290 entrada no seguro de defeso. Compara que em outras regiões com apenas 3.000 habitantes, foram
291 concedidos em torno de 30.000 seguro de defeso. Lamenta que Mato Grosso esteja sendo penalizado
292 por fraudes realizadas em regiões fora do nosso estado. **Alex** – informa que atualmente em torno de
293 2.500 pescadores profissionais estão recebendo o pagamento do REPESCA em dia. Lamenta a
294 dificuldade que ocorreu na época da divulgação das informações referentes ao cadastro dos pescadores,
295 pois enquanto o Estado fazia a divulgação, muitos não acreditaram e divulgaram que seria ruim para os
296 pescadores. Em função disso, em torno de 30 % dos pescadores profissionais se cadastraram no
297 REPESCA. **Elza** – informa que sobre o REPESCA, a Colônia Z 2, em Cáceres, fez um mutirão juntamente
298 com estagiários da UNEMAT para dar a devida assistência aos pescadores profissionais e a grande
299 maioria foi atendida; estão recebendo os pagamentos em dia e não tiveram nenhum prejuízo com suas
300 aposentadorias. Reforça o problema das informações contrárias que foram divulgadas na época do
301 cadastro do REPESCA, que causou uma grande confusão na cabeça dos pescadores profissionais que
302 estavam com receio de terem sua aposentadoria prejudicada. **Alex** – reforça que foram enviados
303 esforços para esclarecer a situação do cadastro no REPESCA e pontua que a SETASC também participou
304 de reunião no CEPESCA para prestar os devidos esclarecimentos. Lamenta que alguns políticos
305 informaram que caso os pescadores se cadastrassem iriam perder a aposentadoria e isto gerou
306 realmente uma confusão para os pescadores profissionais. **Elza** – contextualiza que recentemente o
307 Sistema REPESCA foi reaberto para proporcionar a correção nas documentações pessoais cadastradas.
308 Ela reforça que foi solicitado que as informações das DPI's cadastradas também pudessem ter a
309 oportunidade de serem corrigidas. **Laryssa** – informa que o número de pescadores ativos com Carteira
310 de Pescador Profissional em Mato Grosso é de 15.711. **Elza** – reforça que isto evidencia que não existe
311 fraude no seguro de defeso de Mato Grosso, considerando que somente 7.000 pescadores deram
312 entrada no seguro de defeso, junto ao INSS. Pontua que infelizmente tem ocorrido uma avalanche de
313 Carteira de Pescador Profissional, uma vez que a solicitação é auto-declaratória no sistema. **Bathilde** –
314 esclarece que a Portaria MPA nº 127/2023 permite que qualquer pessoa pode solicitar a Carteira de
315 Pescador Profissional Artesanal mas não significa que todos tenham direito ao Seguro de Defeso. Pontua
316 que pelo o que tem acompanhado, o Governo Federal vai apertar cada vez mais no recadastramento do
317 pescador profissional passando a exigir coisas que antigamente não exigiam e isto tem desmotivado as
318 pessoas mais humildes que tem maiores dificuldades com o uso de tecnologias. Sobre o REPESCA,
319 também lamenta as informações que circularam na época do cadastro que acabaram confundindo
320 muito os pescadores. **Elza** – explica que a maioria dos cadastros do REPESCA, referem-se a Barão de
321 Melgaço e Cáceres. Muitos presidentes de Colônia, não apoiaram o cadastro em função das informações
322 incorretas que circularam. Reforça que caso o REPESCA seja reaberto, a Federação de Pescadores está
323 aberta para conversa. **Julita** – realiza questionamentos em relação às normas do REPESCA em relação
324 aos programas de capacitação dos pescadores. Explica que muitos pescadores entenderam que estariam
325 migrando para outra profissão e por este motivo, não se cadastraram no REPESCA. **Elza** – reforça que
326 toda esta situação ocorreu em função de informações divulgadas de forma equivocada. Pontua que fez
327 divulgação e orientação de acordo com as informações oficiais, mas lamenta que nem todos a ouviram e
328 infelizmente os pescadores profissionais acabaram sendo prejudicados. **Alex** – informa que caso seja



Governo do Estado de Mato Grosso
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
CEPESCA - Conselho Estadual de Pesca

329 necessário poderá convidar a SETASC que é o órgão responsável pelo REPESCA para prestar alguns
330 esclarecimentos numa próxima reunião. **Bathilde** – informa que ficou sabendo que a SETASC daria uma
331 nova oportunidade para reanálise dos cadastros que haviam sido reprovados no REPESCA. **Gabriela** –
332 esclarece que a SETASC informou que está entrando em contato com os pescadores profissionais que
333 tiveram o cadastro reprovado pelo motivo de erro na documentação pessoal (documentos ilegíveis e/ou
334 incompletos) para dar oportunidade de correção e reanálise do cadastro. As reprovações decorrentes do
335 preenchimento errado das DPI's, até este momento, não estão liberadas para reanálise. Explica que
336 muitos pescadores apresentaram as DPI's preenchidas com a pesca realizada durante o mês; no
337 entanto, a DPI é um documento que o pescador relata as atividades de pesca realizadas durante a
338 semana, de acordo com o estabelecido na legislação de pesca desde 2009, permitindo que o pescador
339 comprove sua cota semanal. **Alex** – se coloca à disposição, caso seja necessário realizar algum
340 encaminhamento do CEPESCA para dirimir essa situação do seguro de defeso dos pescadores
341 profissionais. Ele agradece a presença de todos e finaliza a reunião às 10:40 h. Nada mais havendo a
342 declarar eu, Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila, lavrei esta ATA, que segue assinada por mim,
343 Secretária Executiva do Conselho Estadual de Pesca – CEPESCA, bem como pelo Presidente do
344 CEPESCA/MT.

345
346
347
348 **Alex Sandro A. Marega**
349 Presidente do CEPESCA

G. Priante
348 **Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila**
349 Secretária Executiva do CEPESCA